

Economia crescerá 5% em 82

Brasil **Delfim e Galvães apontam juro como indicador, mas mantêm política**

São Paulo — Já existe espaço para que a economia brasileira cresça 5 por cento em 1982. E esse espaço foi criado precisamente durante este ano. A afirmativa foi feita ontem pelo ministro do Planejamento, Delfim Netto, durante almoço com os empresários da Associação Brasileira da Indústria Eletrônica. E, no Rio, o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, confirmou a intensão do Governo de reativar a economia.

O ministro do Planejamento voltou a afirmar que as taxas de juros nominais cairão, porque há várias indicações nesse sentido. "A taxa de juros externa — disse — está caindo, o "Spread" (taxa de risco dos empréstimos) eu também espe-

ro que caia e a da correção cambial certamente cairá":

Em 82, ao contrário do que ocorreu este ano, haverá um apelo menor ao empréstimo interno, disse Delfim, ao ser perguntado se as taxas de juros não estão condicionadas à remuneração dos títulos públicos.

— Remunera-se o papel público quando mais se precisa de recursos. Uma das medidas coerentes com a redução das taxas de juros será que em 82 haverá um menor apelo ao empréstimo interno.

Ao falar aos empresários, o ministro do Planejamento afirmou ser um "desenvolvimentista empoderado, sentindo-se constrangido dentro da "camisa de força" da políti-

ca adotada este ano.

— Gostaria — disse — de estar aqui para saudar um crescimento de 10 a 12 por cento. O Governo prefe-re os aplausos aos apulpos.

O Ministro reafirmou cinco vezes aos empresários que existe espaço para o crescimento da economia em 82. Segundo ele, um crescimento de cinco por cento não ocasionará uma "pressão adicional sobre o balanço de pagamento".

No Rio, o ministro Ernane Galvães, reafirmou à imprensa o propósito do Governo de reativar a economia em 1982 em vários setores, sem que, com isso, haja recrudescimento da inflação no próximo ano. Conforme explicou, "o desejo

do Governo é de que a economia cresça até 10% ao ano, se for possível, mas atingiremos o maior índice possível dentro da necessidade de compatibilizar esse crescimento com a expansão dos meios de pagamento e com a correção monetária". Para ele, as autoridades têm a preocupação constante com o balanço de pagamentos e por isso os três objetivos ficam difíceis de convergir.

Neste contexto, reafirmou igualmente a decisão governamental de manter, em 1982, a mesma orientação quanto à política econômica co-financeira do país, repetindo inclusive os mesmos parâmetros de 1981, embora com alguma flexibilização.